

empreitada por preço global por Lote, no tipo menor preço e, diante do julgamento do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº 2653/2016-MP/PGJ, de 09/05/2016, homologo o resultado do certame mencionado a favor da empresa abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:
10.713.114/0001-32 - SANTAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME – Valor Total de R\$ 29.410,00
Grupo 3 – Valor Global de R\$ 29.410,00;
Valor Global do certame R\$ 29.410,00Obs.: Os Grupos 1 e 2 foram fracassadosEncaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentesBelém-PA, 09 de maio de 2017GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 176560

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 016/2017-MP/PA

OBJETO: o Registro de Preços para aquisição eventual e instalação de persianas, com ou sem bandôs HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta do Processo nº 150/2016-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 016/2017-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço e, diante do julgamento do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº **1050/2017-MP/PGJ**, de 20/02/2017, homologo o resultado do certame mencionado a favor das empresas abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:
05.881.752/0001-22 - CARLOS NAVARRO & CIA. LTDA - EPP - Valor Total de R\$ 185.335,50
Grupo 1 – Valor Global de R\$ 24.450,00;
Grupo 2 – Valor Global de R\$ 11.450,00;
Grupo 3 – Valor Global de R\$ 24.250,00;
Grupo 5 – Valor Global de R\$ 18.849,50;
Grupo 6 – Valor Global de R\$ 19.545,00;
Grupo 7 – Valor Global de R\$ 22.390,00;
Grupo 8 – Valor Global de R\$ 19.715,00;
Grupo 9 – Valor Global de R\$ 21.800,00;
Grupo 10 – Valor Global de R\$ 22.886,00;
10.525.127/0001-88 - JULEAN DECORAcoes LTDA - ME - Valor Total de R\$ 143.787,00
Grupo 4 – Valor Global de R\$ 18.987,50;
Grupo 11 – Valor Global de R\$ 21.456,00;
Grupo 12 – Valor Global de R\$ 18.802,00;
Grupo 13 – Valor Global de R\$ 24.063,00;
Grupo 14 – Valor Global de R\$ 24.139,50;
Grupo 15 – Valor Global de R\$ 36.339,00;
Valor Global do Certame - R\$ 329.122,50Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentesBelém, 09 de maio de 2017GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 176533

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000290-151/2015– MP4ªPJDPpMA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000290-151/2015– MP4ªPJDPpMA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do ParáPortaria de Instauração nº 17/2017
Data da Instauração: 03/05/2017
Objeto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Agência Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) em relação ao uso indevido do cargo pelo diretor-geral, que supostamente oferecia empréstimos a empresários, políticos e exportadores de produtos e subprodutos de origem animal e vegetalPromotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Protocolo: 176324

EXTRATO DA PORTARIA Nº 07/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780**PORTARIA Nº 07/2017-8ª. PJ AGRÁRIA**
Investigado: ITERPA-Instituto de Terras do Pará/Estado do Pará
Assunto: Apurar notícia de conflitos agrários na área do Território Quilombola do Ramal do Bacuri, em AbaetetubaELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 176062

PORTARIA N.º 2.717/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso V do Regimento Interno do Conselho Superior;
CONSIDERANDO a necessidade de desconcentrar, em parte, as atividades desta Chefia;
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 167/2017-MP/CSMP, datado de 4/5/2017, protocolado sob o nº17963/2017, R E S O L V E:
I - DELEGAR às Procuradoras de Justiça, LEILA MARIA MARQUES

DE MORAES e MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, 1ª e 2ª Subsecretárias do Conselho Superior, respectivamente, poderes para receber, despachar e encaminhar correspondências, documentos e expedientes endereçados ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, a contar de 8/5/2017, até ulterior deliberaçãoII – REVOGAR a Portaria nº 2.159/2017-MP/PGJ, de 17/4/2017, publicada no D.O.E. de 26/4/2017PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SEGABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de maio de 2017GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2.401/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);
CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância às fls. 87-88, acolhido in totum pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para Área Técnico-Administrativa, nos autos da Sindicância Administrativa Investigatória (Protocolo nº 52580/2016), R E S O L V E:
DETERMINAR o arquivamento da Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela PORTARIA Nº 158/2017-MP/PGJ, de 19/01/2017, publicada no D.O.E. de 02/02/2017PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SEGABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de abril de 2017GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2.099/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);
CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância às fls. 198/200, acolhido in totum pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para Área Técnico-Administrativa, nos autos da Sindicância Administrativa Investigatória (Protocolo nº 50425/2015), R E S O L V E:
DETERMINAR o arquivamento da Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela PORTARIA Nº 150/2016-MP/PGJ, de 19/01/2016, publicada no D.O.E. de 11/02/2016PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SEGABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de abril de 2017GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 176385

AVISO Nº 014/2017-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 10ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 17 de maio de 2017, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Preença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:
ITENS DA PAUTA:
Apreciação das Atas da 8ª e 9ª Sessões Ordinárias, realizadas em 19/04/2017 e 03/05/2017Julgamento de Processos
2.1. Processos de Relatoria do Conselheiro Francisco Barbosa de Oliveira:
2.1.1. Processo nº 000023-012/2017
Requerente(s): Daniella Maria dos Santos Dias
Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público
Origem: 4º PJ Criminal de Marabá
Assunto: Pedido de autorização de afastamento para frequentar Curso de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 15 de agosto de 2017 a 14 de agosto de 20192.1.2. Processo nº 000118-150/2014
Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios
Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar denúncia referente à possível irregularidade na prestação de contas da SEMEC, referente ao exercício financeiro de 20002.1.3. Processo nº 000031-012/2017
Requerente(s): J.S.L.N.; M.P.LRequerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de São João do Araguaia
Origem: PJ de São João do Araguaia
Assunto: Assegurar tratamento médico a infante

2.1.4. Processo nº 000043-001/2015
Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100
Requerido(s): M.H.B.VOrigem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 354422, comunicando violência física e psicológica contra criança2.1.5. Processo nº 000054-001/2015
Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 10ª PJ de Marabá
Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 24514, comunicando suposta situação de vulnerabilidade e risco da adolescente L.V2.1.6. Processo nº 005026-477/2015
Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100
Requerido(s): Conceição, Raimundo
Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua
Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 94069, comunicando situação de negligência e maus tratos contra pessoa portadora de transtorno mental, que seriam praticadas por seus genitores
2.1.7. Processo nº 000228-911/2015
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Fundação Educacional Social “Juscelino Kubitshek”
Origem: 11ª PJ de Marabá
Assunto: Apuração finalística das contas da entidade Fundação Juscelino Kubitschek relativas ao ano-calendário 2009
2.1.8. Processo nº 000298-151/2014
Requerente(s): Renault do Brasil S/A
Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar denúncia de suposta prática de ato de improbidade administrativa, por atraso no pagamento de aquisição de bens pela SESPA2.1.9. Processo nº 000938-112/2015
Requerente(s): W.A.CRequerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA
Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital
Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde a pessoa idosa que necessitava de procedimento oftalmológico
2.1.10. Processo nº 000619-112/2016
Requerente(s): M.L.C.SRequerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA
Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital
Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde a pessoa idosa que necessitava realizar procedimento de colonoscopia
2.1.11. Processo nº 000044-112/2016
Requerente(s): M.C.M.B.; E.B.M.BRequerido(s): Secretaria Estadual e Municipal de Saúde de Belém
Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital
Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde a pessoa idosa que necessitava de leito hospitalar
2.1.12. Processo nº 000811-450/2015
Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100
Requerido(s): Escola Estadual de Ensino Fundamental “Branca de Neve”
Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 2734321, comunicando possível consumo de alimentação vencida por parte dos alunos da EEEF Branca de Neve2.1.13. Processo nº 000252-911/2015
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá
Origem: 11ª PJ de Marabá
Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa pela Administração Municipal de Marabá, por omissão na manutenção de prédio público, onde funcionava o arquivo municipal2.1.14. Processo nº 001997-477/2016
Requerente(s): T.R.O.; M.R.ORequerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESA
Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua
Assunto: Pedido de providências visando à realização de consulta com médico especialista, fornecimento de aparelho auditivo e inscrição na Associação Paraense de Portadores de Deficiência – APPD
2.2. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:
2.2.1. Processo nº 000599-125/2014
Requerente(s): Deuzarina dos Santos Monteiro
Requerido(s): Comissão dos Bairros de Belém – CBB; Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente - SESMA
Origem: 2º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e Direitos Humanos
Assunto: Apurar possível ilegalidade em nomeação de servidor público2.2.2. Processo nº 000001-012/2017